



“MEU ALUNO ME QUESTIONOU SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE, E AGORA, O QUE DEVO FAZER?”: NARRATIVAS DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

“MI ALUMNO ME HA CUESTIONADO SOBRE GÉNERO Y SEXUALIDAD, Y AHORA, ¿QUÉ DEBO HACER?”: NARRATIVAS DE PROFESORES DE LA EDUCACIÓN BÁSICA

MY STUDENT ASKED ME ABOUT GENDER AND SEXUALITY, WHAT NOW, WHAT SHOULD I DO?: NARRATIVES OF BASIC EDUCATION TEACHERS

*Luiz Carlos Marinho de Araújo¹
Camila Beatriz Kummer Fochezatto²
Lourdes Aparecida Della Justina³*

RESUMO

Toda e qualquer ação que intensifique as discussões sobre gênero e sexualidade no contexto escolar reforça o movimento em defesa dos direitos humanos. Ao encontro desse movimento, realizou-se esta pesquisa com o objetivo de identificar se os professores da Educação Básica de um município paranaense presenciam episódios envolvendo questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar e de que forma eles reagem a tais situações. A pesquisa de abordagem qualitativa utilizou as narrativas de professores da Educação Básica como técnica de estudo, obtidas por meio de questionário *on-line*. Como procedimento metodológico, adotamos três etapas: Construção, [Des]construção e [Re]construção dos dados. Os resultados revelaram que as questões de gênero e sexualidade se fazem presentes no contexto escolar; os docentes, por vezes, apresentam dificuldades conceituais para lidar com essa realidade, destacando-se, portanto, a necessidade de formação permanente para este público.

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

² Universidade Estadual do Oeste do Paraná

³ Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Embora, mesmo assim, percebeu-se a prevalência do respeito ao próximo em suas abordagens.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero e sexualidade. Ensino de Ciências. Formação permanente. Narrativas.

RESUMEN

Toda y cualquier acción que intensifique las discusiones sobre género y sexualidad en el contexto escolar refuerza el movimiento en defensa de los derechos humanos. Al encuentro de este movimiento se efectuó esta investigación con el objetivo de identificar si los profesores de la Educación Básica de un municipio de la Provincia de Paraná presenciaron episodios envolviendo las cuestiones de género y sexualidad en el ambiente escolar y de qué forma ellos lidian con tales situaciones. La investigación de abordaje cualitativa se utilizó de las narrativas de los profesores de la Educación Básica como técnica de estudio, obtenidas por medio de cuestionario *en línea*. Como procedimiento metodológico, adoptamos tres etapas: Construcción, [Des]construcción y [Re]construcción de los datos. Los resultados revelaron que las cuestiones de género y sexualidad están presentes en el contexto escolar; los docentes, por veces presentan dificultades conceptuales para lidiar con esa realidad, destacándose, por lo tanto, la necesidad de formación permanente para este público. Pero, aún así se notó la prevalencia del respeto al prójimo en sus abordajes.

PALABRAS CLAVE: Género y sexualidad. Enseñanza de Ciencias. Formación permanente. Narrativas.

ABSTRACT

Each and every action that intensifies the discussions on gender and sexuality in the school context reinforces the defence of human rights movement. In response to this movement, this research took place with the purpose of identifying if Basic Education teachers from a municipality of the state of Paraná witness episodes involving gender and sexuality issues in the school environment and how they react to these situations. The research of qualitative approach used the narratives of Basic Education teachers as a study method, collected by an on-line survey. As methodological procedure, we followed three stages: Construction, [De]construction and [Re]construction of the data. The results revealed that gender and sexuality issues are present in the school context; the teaching staff, at times, have conceptual difficulties in dealing with this reality, highlighting the need for a permanent qualification for this group, however, it was perceived that the respect for others was prevalent in their approaches.

KEYWORDS: Gender and sexuality. Science Education. Permanent Qualification. Narratives

Mesmo com obstáculo conceitual, o respeito deve prevalecer

O presente estudo coaduna com muitas pesquisas que apontam a presença de atitudes e situações envolvendo as questões de gênero e sexualidade no contexto escolar (LOURO, 1997; COLLING, 2018; MOTTA, 2020; MORESCO, 2021; CIESLAK; SEFFNER, 2021; ARAÚJO, 2022). Esses estudos marcam não apenas a ação de desrespeito ao próximo no contexto da educação formal, mas também de atos caracterizados como homofobia e violação dos Direitos Humanos assegurados pela Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Para Cieslak e Seffner (2021, p. 76), respaldados nos estudos de Costa e Nardi (2015), “[...] a expressão preconceito contra diversidade sexual seria um possível substituto para o termo homofobia [...]”. Nesse sentido, nos últimos anos, essa violação tem crescido fortemente na esfera brasileira, muito desse crescimento está relacionado diretamente com a ausência de políticas públicas intensificadas na conjuntura política (BALIEIRO, 2017; SOUZA JUNIOR, 2018; ARAÚJO, 2022). No setor educacional, o silenciamento sobre as questões de gênero e sexualidade se intensifica devido à inexistência de debates sobre a temática na Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017). Conforme argumentado por Souza Junior (2018):

[...] a omissão da construção do gênero, sexualidade e orientação sexual dentro da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, devido a necessidade de preservar-se a identidade de gênero e o respeito à diversidade sexual entre os educandos. Trata-se da análise das desigualdades de gênero, dentro do ambiente escolar, e suas consequências ao movimento LGBTTTQIs. (SOUZA JUNIOR, 2018, p. 2).

Araújo (2022) contribui com essa discussão destacando que a omissão do termo gênero e sexualidade, na última versão da BNCC, tem provocado algumas inquietações em virtude de o documento ter como objetivo a normatização das propostas pedagógicas e curriculares das instituições de ensino. Para o autor, os movimentos sobre gênero e sexualidade tendem a “[...] ampliar as discussões sobre a temática diante do silenciamento que a BNCC tem despertado [...]” no âmbito educacional (ARAÚJO, 2022, p. 266).

Nos últimos anos, temos presenciado a ampliação da percepção acerca das discussões sobre sexualidade, uma delas está direcionada ao uso do termo orientação sexual, e não mais opção sexual (BRASIL, 2011; OLIVEIRA JÚNIOR; MAIO, 2013). Considera-se “[...] um equívoco dizer que se trata de uma opção sexual, pois não

depende de escolhas conscientes nem pode ser aprendida [...]” (BRASIL, 2011, p. 15). Oliveira Junior e Maio (2013) reforçam essas discussões afirmando que

O uso da expressão orientação sexual emergiu da necessidade de se criar termos que legitimassem a homossexualidade nas lutas pelo reconhecimento e desencadeou uma forte negação ao emprego de uma pluralidade de palavras tais como: preferências, escolhas, eleições, opções, orientações, pois acreditam que essas referências desordenam e desestabilizam o que parece ser estabilidade, unidade, homogeneidade (OLIVEIRA JÚNIOR; MAIO, 2013, p. 8-9).

O movimento em favor dos direitos humanos vem se intensificando nos últimos anos, e dessa forma tem fortalecido os debates acerca da temática gênero e sexualidade. Com isso, exigindo políticas de formação permanente para os professores da Educação Básica enquanto estratégia para sanar erros conceituais apresentados por muitos professores a respeito de gênero e sexualidade.

A ausência de conhecimento científico sobre alguns termos a respeito de gênero e sexualidade nos documentos oficiais e nas políticas de formação permanente pode se tornar um obstáculo para o professor intervir nas diversas situações testemunhadas no contexto escolar. Afinal, o professor se sente despreparado para lidar com tais situações, realidade identificada com a realização desta pesquisa. Esse obstáculo é definido por Bachelard (1996) como “obstáculo epistemológico”, pois essa situação pode causar a “[...] estagnação e até de regressão, [...] causas de inércia às quais daremos o nome de obstáculos epistemológicos.” (BACHELARD, 1996, p. 17).

Uma das formas de avançar em alguns desses obstáculos seria inserir o professor em um ambiente de formação permanente, visando possibilitar a discussão de assuntos relacionados à diversidade humana e às questões sociopolíticas, dentre elas a diversidade de gênero e sexualidade. Logo, seria uma oportunidade de o professor aprofundar e conhecer conceitos vinculados às questões de gênero e sexualidade, conceitos que muitos professores estão acostumados a usar em seu cotidiano sem um aprofundamento científico. Com isso, ficando apenas no campo da consciência ingênua/senso comum (FREIRE, 2005), e “o conhecimento comum seria um obstáculo ao conhecimento científico, pois este é um pensamento abstrato” (GOMES; OLIVEIRA, 2007, p. 97).

A inserção em uma formação permanente onde se trabalhe a temática gênero e sexualidade é uma das possibilidades para envolver o professor em um processo constante de mudança, aprimoramento e aquisição de habilidades que o ajudaria a pensar e agir nas mais diversas circunstâncias que demandam o seu posicionamento. O estar em permanente formação coloca o professor em contato com os avanços relacionados a gênero e sexualidade, campos de constantes mudanças por não ser um debate a-histórico, mas com reflexões que acompanham as transformações referentes à condição humana, “[...] configurando-se num quadro de avanços e recuos na luta pela igualdade [...]” (SOARES; MONTEIRO, 2019, p. 288).

Além da participação em ações formativas, é preciso a criação de outros mecanismos formativos para inserção da problemática gênero e sexualidade no ambiente escolar. Outra alternativa seria a institucionalização da disciplina Educação para Sexualidade na Educação Básica (ARAÚJO, 2022), fundamentada por documentos que ressaltam ou até mesmo negam a temática no ambiente escolar. Na escola, corriqueiramente, a temática gênero e sexualidade é omitida pela falta de conhecimento do profissional ali presente. Por outro lado, documentos relacionados à educação permitem aos estabelecimentos de ensino observar como a pauta sexualidade está cada vez mais presente no seio escolar, fomentando, assim, discussões relevantes sobre o assunto (LIMA, 2019).

No entanto, essa realidade tem exigido práticas para além do fazer pedagógico dos professores da Educação Básica, sendo necessário uma intervenção quanto aos valores, normas e respeito independentemente de sua orientação sexual, gênero, etnia, classe social, religião etc. Essas diferenças precisam ser melhor compreendidas pelos docentes para fomentar tomadas de decisões com mais conhecimento e segurança ao se tratar de temas tão controversos quanto às questões de gênero e sexualidade no contexto educacional.

Dessa conjuntura, justifica-se a relevância desta pesquisa, a qual visa identificar se os professores da Educação Básica de um município paranaense presenciaram episódios envolvendo questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar e de que forma eles reagem a tais situações. Além disso, pretende-se ampliar os debates acerca de gênero e sexualidade e, de certa forma, fortalecer as reflexões em torno dos desafios e das possibilidades enfrentados pelos professores da Educação Básica em seu ambiente profissional diante das várias situações envolvendo as temáticas em menção no espaço escolar. Dessa forma, reforçando a importância de investimentos em políticas de

formação permanente para os docentes atuantes na Educação Básica e a criação da disciplina Educação para Sexualidade como dispositivo formativo para alunos e professores.

Procedimento Metodológico

Os docentes da Educação Básica têm presenciado comportamentos envolvendo as questões de gênero e sexualidade no contexto escolar? Se tem, como eles reagem diante de tais situações? Inquietos com essas problemáticas, realizamos este estudo seguindo as etapas: Construção, [Des]construção e [Re]construção dos dados (ARAÚJO, 2021). Optou-se por este método por possibilitar uma maior flexibilidade na constituição e análise dos dados. Além disso, a criatividade dos pesquisadores foi instigada fomentando a possibilidade de testar outras ferramentas na realização de pesquisas qualitativas com perfil contemporâneo a partir de um processo circular.

Na etapa de Construção, optamos pela abordagem qualitativa por oportunizar uma investigação utilizando de estratégias autênticas. O perfil de uma pesquisa de natureza qualitativa não se apresenta “[...] como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques” (GODOY, 1995, p. 21). Por conseguinte, apresentando pesquisas não apenas descritivas, mas propositivas, o estudo qualitativo potencializa investigações com uma perspectiva de continuidade do estudo, contribuindo com o processo de construção do conhecimento científico.

Neste estudo, analisamos as narrativas dos 24 professores participantes da pesquisa realizada em um município do Oeste do Paraná, respondentes do questionário *on-line*, atuantes na Educação Básica nas redes pública e privada. O estudo narrativo, segundo Sousa e Cabral (2015, p. 150), “[...] constitui-se no ato de contar e de revelar o modo pelo qual os sujeitos concebem e vivenciam o mundo”. Nessa direção, partimos da perspectiva de que os professores da Educação Básica têm muito a contribuir mediante às suas experiências e vivências no ato educativo.

Após a aceitação da pesquisa pela Secretaria Municipal de Educação, enviamos o *link* do questionário elaborado no *Google Forms* aos professores do município paranaense pelos grupos de *WhatsApp* das escolas. O questionário estava organizado

por 4 seções: contexto escolar; contexto educativo do professor; dados profissionais; dúvidas e questionamentos, conforme exposto na Tabela 1.

TABELA 1: Estrutura do questionário.

Seção	Objetivo	Questão
Contexto escolar	Identificar de que forma os professores reagem às questões de gênero e sexualidade no contexto escolar.	1ª. Em suas aulas, você tem presenciado situações que envolvem as questões de gênero e sexualidade? 2ª. Caso a sua resposta na questão anterior tenha sido SIM ou ÀS VEZES, relate-nos como foi a situação e como você reagiu. 3ª. No contexto escolar, você tem observado atitudes de preconceito entre os alunos sobre a orientação sexual dos colegas? 4ª. Conforme sua resposta na pergunta anterior, relate o ocorrido. 5ª. Em suas aulas, você tem discutido questões de gênero e sexualidade? 6ª. Como você abordaria a diversidade de gênero e sexualidade em suas aulas? 7ª. Você concorda que as questões sobre gênero e sexualidade são de responsabilidade da professora da área de Ciências da Natureza? 8ª. De que forma os assuntos sobre gênero e sexualidade poderiam ser discutidos na Educação Básica? 9ª. Você concorda com a inserção do componente curricular Educação para sexualidade na Educação Básica? Justifique sua resposta.
Contexto formativo do professor	Responder a inquietação: os docentes da Educação Básica, etapa do Ensino Fundamental - anos iniciais, têm participado de momentos formativos que discutem gênero e sexualidade?	1ª. Você tem participado de encontros formativos que abordam as questões relacionadas à gênero e sexualidade? 2ª. Em sua graduação, você participou de discussões sobre gênero e sexualidade? 3ª. Você tem o hábito de ler e pesquisar estudos que abordam a temática gênero e sexualidade? 4ª. Você aceitaria participar de ações de formação permanente que tratassem das questões de gênero e sexualidade?

Seção	Objetivo	Questão
Dados profissionais	Conhecer o perfil profissional dos professores participantes da pesquisa.	1ª. Qual sua Graduação? 2ª. Em qual etapa da Educação Básica você atua? 3ª. Qual componente curricular você leciona atualmente? 4ª. Qual sua carga horária semanal? 5ª. Atua em rede: 6ª. Tempo de atuação na docência:
Dúvidas e questionamentos	Obter do professor possíveis temáticas para uma proposta de formação permanente envolvendo as questões de gênero e sexualidade.	Professor(a), a partir desse questionário e de sua vivência no ambiente escolar, quais dúvidas, questionamentos e sugestões você gostaria que fossem discutidas em uma possível formação permanente?

Fonte: elaborado pelos autores

Na etapa de [Des]construção do *corpus*, utilizamos as duas primeiras questões do questionário. Da seção contexto escolar: em suas aulas você tem presenciado situações que envolvem as questões de gênero e sexualidade? Caso sua resposta na questão anterior tenha sido SIM ou ÀS VEZES, relate-nos como foi a situação e como você reagiu. E as informações da seção Dados profissionais para montagem do quadro profissional dos professores participantes da pesquisa.

Como estratégia para tratamento das questões, foram realizados três momentos: I) análise do gráfico emitido pelo *Google Forms* referente à primeira questão; II) subtraímos as narrativas dos professores da plataforma *Google Forms* utilizando os códigos entre P1 a P15; III) leitura, identificação e análise das narrativas que apresentavam características relacionadas às perspectivas: terminologia e valores.

Adotamos os códigos alfanuméricos para identificar os professores participantes da pesquisa em referência, sendo a letra “P” referente ao nome professor e a ordem de suas respostas. Dessa forma, mantivemos o anonimato dos docentes participantes da pesquisa.

A etapa de [Re]construção dos dados aconteceu na seção Narrativas dos professores: reflexo do contexto escolar. Na oportunidade, fizemos uma discussão das narrativas dos professores amparada no referencial que discute as questões de gênero, sexualidade e formação permanente para professores da Educação Básica. Durante a reflexão dos dados, tínhamos como base epistêmico-metodológica a Abordagem

discursiva, visando não desconsiderar o contexto humano, profissional e formativo dos professores.

A prática da Abordagem discursiva percebe o participante da pesquisa como um sujeito temporal e histórico, estando seu discurso impregnado de um processo histórico, cultural, ideológico e nunca distante de suas vivências. De acordo com Andrade (2006):

O discurso é feito de elementos temático-conteudísticos, de mecanismos estruturais linguísticos que nele são utilizados com recorrência e de efeitos que ele produz sobre os interlocutores participantes da instância comunicativa em questão. (ANDRADE, 2006, p. 4).

Logo, incluiremos as narrativas dos professores participantes da pesquisa na discussão dos resultados, conscientes de que os docentes apresentam um conhecimento acerca das questões de gênero e sexualidade mesmo as narrativas possivelmente contendo equívocos conceituais. Todavia, são narrativas que demarcam aspectos limitantes para uma tomada de decisão por parte do professor quando presencia situações envolvendo questões de sexualidade no contexto escolar.

Aprofundamento teórico: gênero e sexualidade no contexto escolar

As discussões a respeito das questões de gênero e sexualidade podem ter contribuído na superação de algumas compreensões equivocadas acerca do que seja gênero, sexualidade, sexo e corpo. Para tanto, acarretando uma ressignificação conceitual de ambos os termos por entender um conceito como atemporal, histórico (LOURO, 1997), contemporâneo, ligado diretamente a um movimento de luta para ressignificar e alocar as compreensões a respeito de um determinado assunto.

Defensores de políticas formativas para a equipe escolar incentivam a “[...] consolidação das ações dentro das instituições escolares” (SOARES; MONTEIRO, 2019, p. 302) para todos os sujeitos envolvidos com o processo educativo. Assim sendo, não apenas práticas pedagógicas para os estudantes com a realização de ações educativas são relevantes, mas também a inclusão da disciplina “educação para sexualidade” na parte diversificada, conforme defendido por Araújo (2022).

As ações formativas para os professores tendem a desmistificar algumas percepções acerca dos aspectos de gênero e sexualidade, reforçando a importância de pesquisas científicas que ampliem as discussões sobre esses temas. O intuito, portanto, é

contribuir para viabilizar aos professores a possibilidade de adquirir e aprimorar seus conhecimentos sobre as questões de gênero e sexualidade, termo em avanço desde a definição de seu conceito histórico formulado entre os séculos XIX e XX (LOURO, 2000).

Diversos costumes e hábitos desenvolvidos pela sociedade em relação a seus corpos e aos dos outros estão relacionados com a relação do corpo, o desenvolvimento da vida, a natureza, cuidados com a higiene e relação do corpo com o ambiente, essa grande influência se dá a partir do compartilhamento social, cultural e econômico presente na sociedade (MORAES; GUIZZETTI, 2016). Em sala de aula, o conteúdo envolvendo sexualidade está sempre voltado aos métodos contraceptivos, infecções sexuais transmissíveis (IST), hábitos de higiene, deixando de abordar questões sociopolíticas, como gênero, identidade, respeito, preconceito, homofobia, entre outros (DUARTE; REIS, 2018).

No ensino onde o aluno contempla e troca informações em sala de aula, ele também pode se sentir à vontade para se expressar de maneira diferente. Cotidianamente, esses alunos podem estar sofrendo com a falta de liberdade dentro de seus lares e com os aspectos de insegurança ocasionados. Destarte, essas discussões em sala de aula podem ajudar os alunos a melhor se expressarem (DUARTE; REIS, 2018). Por esses motivos e pela dificuldade da sociedade em compreender e abordar as temáticas de gênero e sexualidade, faz-se necessário a formação dos educadores para que cada vez mais sejam frequentes as discussões na escola e na sociedade.

A inserção do professor em um cenário de formação permanente se torna um espaço propício para a superação de obstáculos epistemológicos, em virtude de muitos professores não terem acesso a uma constante política de formação permanente. É oportuno que, além das habilidades profissionais, sejam ofertados aos docentes momentos de reflexão sobre aspectos sociopolíticos, pois tais ações formativas podem ser construídas a partir das suas percepções sobre gênero e sexualidade como base para sistematização de temáticas abordadas durante as formações.

A identificação da percepção docente sobre um determinado assunto se faz pertinente em virtude do professor ser corresponsável pela formação de outros sujeitos. Desse modo, ampliar as discussões de um tema respaldado na visão do professor se torna uma prática oportuna para o docente refletir suas percepções e perceber o seu olhar sobre uma determinada situação, sendo assim um fator influenciador para que

problemáticas sejam debatidas a partir de um contexto real dos envolvidos com o ato educativo.

No entanto, a identificação de percepções não deve acontecer de modo isolado. É imprescindível que os professores estejam engajados em seu próprio percurso formativo e em parceria com outros colegas. Esse engajamento precisa ter um perfil de trabalho colaborativo (PEIXOTO; CARVALHO, 2007; DAMIANI, 2008), e não de uma hegemonia, onde o formador/tutor decide quais temas serão abordados em uma formação. Nessa situação, os assuntos envolvendo gênero e sexualidade podem ser marginalizados caso o formador/tutor não tenha interesse ou não esteja envolvido em um projeto de formação com vistas na formação do professor para lidar com esta realidade tão presente no ambiente escolar, como ficou demarcada nesta pesquisa.

O trabalho formativo com o viés colaborativo instiga o diálogo entre os presentes, um diálogo emergido do contexto escolar, social e político dos atores do processo de ensino e aprendizagem, o qual precisa ser embasado pelo conhecimento científico. O diálogo nas ações formativas desenvolvidas pelo trabalho colaborativo mobiliza a autonomia do professor, uma autonomia motivada pelo grau de envolvimento do professor com a sua própria formação (PEIXOTO; CARVALHO, 2007). A abordagem colaborativa, segundo Peixoto e Carvalho (2007, p. 194), diferencia-se de outras propostas formativas por ter como objetivo oferecer “[...] mais liberdade aos integrantes do grupo ou comunidade”.

Portanto, é mais adequada ao tipo de relação desenvolvida numa lista de discussão (como a que se coloca aqui em questão), que pretende ser um espaço para a troca de informações e para o desenvolvimento de discussões de um grupo de trabalho. (PEIXOTO; CARVALHO, 2007, p. 194).

Com essa troca de conhecimentos entre os professores, muitos obstáculos epistemológicos podem ser superados. Assim, formando um percurso essencial no compartilhamento de possibilidades e limitações que os seus passam em sua atuação profissional, sublinhando a importância do trabalho colaborativo em grupos de formação. Ou seja, espaços formativos onde todos os atores “[...] compartilham as decisões tomadas e são responsáveis pela qualidade do que é produzido em conjunto, conforme suas possibilidades e interesses.” (DAMIANI, 2008, p. 214).

Nessa direção, Justina (2011, p. 19) enriquece o debate argumentando a importância do trabalho coletivo em grupos formativos como prática favorável à “[...]”

constante (re)construção” de conceitos, práticas pedagógicas e percepções acerca de um tema, ambos a partir de confrontos de ideias e trocas de conhecimento. Entretanto, isso exige naturalmente um diálogo entre os professores (JUSTINA, 2011), aspecto fundamental para a evolução de algumas terminologias e conceitos voltados à temática gênero e sexualidade.

Outro potencial favorável à formação do professor para as questões de gênero e sexualidade pode ser concretizado com debates desde a Educação Básica, mesmo antes do sujeito tornar-se um professor. Afinal, o docente é um profissional imerso mesmo antes de se tornar professor (PIMENTA, 1999), tornando-se, assim, um dos desafios formativos: avançar do papel de aluno para o de docente.

Porém, para o debate de alguns temas, principalmente dos assuntos com o perfil sociopolítico, eles precisam ser instigados, exigidos, requeridos por políticas públicas com majoração de avanços mediante articulação com e por movimentos sociais em luta por direitos iguais. Dentre alguns desses movimentos em defesa pela inserção de maiores discussões sobre gênero e sexualidade no contexto escolar, um deles pode ser ampliado com a institucionalização da disciplina Educação para Sexualidade na Educação Básica (ARAÚJO, 2022). Contendo, desse modo, um potencial político de formação permanente para o sujeito desde a sua inserção na educação escolar, envolvendo todo um sistema de ensino, não apenas uma unidade escolar.

A Educação para a sexualidade enquanto uma possibilidade de discussão teórica está respaldada legalmente por meio da autonomia das instituições de ensino, as quais podem inserir componentes curriculares com vistas a contemplar a realidade dos sujeitos envolvidos com o ato educativo, emergindo problemáticas do contexto comunitário onde as escolas estão localizadas.

De acordo com Araújo (2022), a possibilidade de incluir a Educação para sexualidade como uma disciplina fica resguardada pela possibilidade da criação da disciplina na parte diversificada nas ementas das escolas. No entanto, essa inserção requer um planejamento por parte da escola, sendo efetivada em parceria com alunos, professores, funcionários e a comunidade, seguindo a ordem: “criação da disciplina, dispositivo didático-formativo e proposta pedagógica” (ARAÚJO, 2022, p. 278).

Há duas possibilidades apresentadas neste texto: formação permanente para os professores da Educação Básica e a criação da disciplina Educação para Sexualidade. Não descartamos outras alternativas para ampliar e fortalecer as discussões sobre gênero

e sexualidade no contexto escolar, tendo em vista que os debates têm sido silenciados em muitas Propostas Curriculares, respaldadas pela negação à tal problemática pela BNCC (ARAÚJO, 2022). Esse fato tem, nos últimos anos, contribuído para o silenciamento das questões de gênero e sexualidade no contexto escolar, um ambiente tão diversificado.

Tal realidade é ressaltada pelas narrativas dos professores participantes da pesquisa ao pontuarem enfaticamente que têm presenciado muitas situações envolvendo preconceito, desrespeito e homofobia no contexto escolar. Assim, requerendo deles uma inserção permanente em formações onde se discutam as questões de gênero e sexualidade, como veremos na próxima seção.

Narrativas dos professores: reflexo do contexto escolar

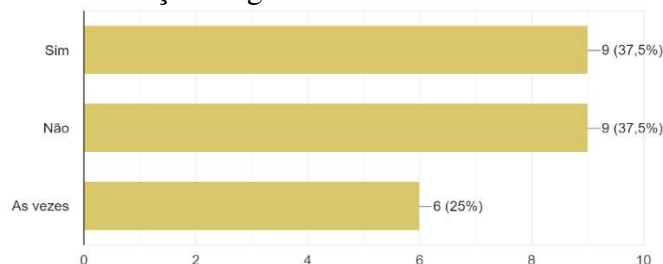
Os narradores desta pesquisa são professores da Educação Básica atuantes nas etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental - Anos finais e Ensino Médio. Dos vinte e quatro participantes da pesquisa, apenas dois não têm licenciatura, tendo sua formação inicial com o curso de Magistério. Tivemos docentes atuantes nos oito componentes curriculares, sendo vinte e três professores com carga horária de quarenta horas semanais.

Por ser uma pesquisa em âmbito municipal, abarcamos professores atuantes nas redes de ensino pública e privada. Desses, estando a maior concentração atuando em escolas públicas, vinte professores no ensino público, dois no privado e dois professores tanto no ensino público quanto no privado. A maioria dos professores atua no Magistério há mais de vinte anos. Com esse quadro profissional, é possível visualizar a amplitude nas etapas de ensino, mesmo com baixa escala; conseguimos contemplar professores de diferentes áreas de ensino, etapas e formação, garantido assim respaldo quanto à comprovação da presença das questões de gênero e sexualidade refletidas no contexto escolar na Educação Básica.

Com isso, diagnosticamos que dos vinte e quatro professores respondentes do questionário: nove sinalizaram ter presenciado situações relacionadas às questões de gênero e sexualidade no contexto escolar; seis pontuaram ter percebido essas situações às vezes; nove relataram não ter presenciado tal realidade até o momento. No Gráfico 1, visualizamos mais amplamente o mapeamento da realidade, confirmando a presença de

situações envolvendo gênero e sexualidade no ambiente escolar nas etapas da Educação Básica, em escolas públicas e privadas no âmbito municipal.

GRÁFICO 1: Situação de gênero e sexualidade no contexto escolar.



Fonte: dados da pesquisa

A realidade descrita se justifica pelo ambiente escolar ser constituído pela diversidade humana, tendo, portanto, sujeitos de diferentes percepções, formações, acesso a diferentes informações e conviverem em instituições onde as diferenças humanas podem estar sendo marginalizadas. Com isso, o contexto escolar se torna ‘propício’ à demonstração de desrespeito ao próximo. De acordo com Beltrão e Barros (2017, p. 18), “um dos principais ambientes que ocorre tais ações discriminatórias é na escola”. Situação também caracterizada por Junqueira (2010) como uma

[...] *pedagogia do insulto*, na qual piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes etc. se constituem poderosos mecanismos de objetivação, silenciamento, dominação simbólica, normalização, marginalização e exclusão. (JUNQUEIRA, 2010, p. 3, grifo do autor).

Assim como Beltrão e Barros (2017) e Junqueira (2010), as narrativas dos professores participantes da pesquisa coadunam com as discussões apresentadas pelos autores, ilustrando o quanto a diversidade humana se faz presente no contexto escolar, dentre elas as questões de gênero e sexualidade. Exemplo disso se dá ao observarmos a narrativa da professora P2 quando afirma: *Aluna quer ser chamada por outro nome, do gênero masculino. Não fiquei segura de como agir*. Assim, comprovamos atitudes envolvendo gênero e sexualidade no ambiente escolar, bem como se evidencia a insegurança de alguns professores.

Segundo Martins (2018), muitas pesquisas têm evidenciado a insegurança de professores ao tratarem das questões de gênero e sexualidade no espaço escolar. “As pesquisas encontradas em nossa revisão de literatura [...] indicam insegurança por parte

de docentes em abordar a temática em sala de aula [...]” (MARTINS, 2018, p. 63). Conseqüentemente, colocando os professores em uma instabilidade emocional por reflexo da falta de conhecimento sobre a temática. Doravante, a professora P8 destaca que prima pelo diálogo quando presencia ações envolvendo assuntos sobre gênero e sexualidade, mesmo não escondendo sua insegurança, ainda assim, por sua vez, ela enfatiza: *Fiquei calma e conversei com os alunos*. Essa situação, para a professora P11, é corriqueira em suas aulas, porém lhe deixa em uma condição desconcertante, a professora destaca isso afirmando: *Foi constrangedor, naturalmente*.

Nas narrativas dos professores P2, P8 e P11, observamos reflexos de aspectos limitantes para o professor agir frente às questões de gênero e sexualidade. Mesmo os docentes confirmando a recorrência dessas ações no ambiente escolar, não demonstraram segurança para lidar com as situações, reforçando ainda mais a necessidade dos professores da Educação Básica quanto aos assuntos envolvendo gênero e sexualidade.

Os dados reforçam que as questões de gênero e sexualidade se fazem presentes no contexto escolar, demandando do docente uma postura tanto conceitual quanto atitudinal. Essa situação instiga discussões acerca da realidade e temática descritas, as quais vêm sendo marginalizadas e excluídas de alguns documentos oficiais da educação, bem como a BNCC (BALIEIRO, 2017; SOUZA JUNIOR, 2018; MOTTA, 2020; ARAÚJO, 2022). Realidade também reforçada por Motta (2020) ao sinalizar que os planos de educação no âmbito nacional, estadual e municipal resistiram em incluir tais discussões em seus documentos.

O ambiente escolar, por ser uma das instituições sociais carregadas pela diversidade humana, poderia contribuir com mais eficiência para ampliar as discussões e desmistificar algumas crenças sobre gênero e sexualidade. De acordo com Motta (2020), das “[...] instituições sociais que mais poderiam contribuir para dar-lhes voz ativa aos grupos oprimidos seria a escola, enquanto instituição de ensino e como agente de mudanças sociais [...]” (MOTTA, 2020, p. 98).

O conhecimento de alguns conceitos é uma das prerrogativas ao se debater as questões de gênero e sexualidade, tornando-se um dos pontos de partida para ampliar as discussões a respeito dessa realidade presente nas escolas. Dificilmente os docentes conseguirão intervir e contribuir com a evolução de algumas atitudes, questionamentos, dúvidas emergidas no ambiente escolar se não tiverem mínimo conhecimento acerca das

pautas em questão. A falta de formação para debater e sanar alguns equívocos conceituais apresentados pelos alunos precisa primeiro ser trabalhada nos professores.

Carência perceptível na narrativa do professor P3 ao afirmar: *Tentei passar aos alunos que vivemos num mundo onde cada um tem o direito de ir e vir, por isso devemos respeitar a opinião sexual de cada um*. Nesse relato, por exemplo, podemos identificar, além do destaque ao respeito, um equívoco ao tratar da sexualidade como uma “*opinião sexual*”. O equívoco terminológico também foi identificado na narrativa do professor P7 ao sublinhar: *Busquei priorizar o respeito entre os educandos, orientando que se trata de uma opção pessoal e de direito*.

Classificamos os termos: opção sexual e opinião⁴ sexual como equívocos conceituais por defender que a diversidade humana não é uma escolha, um desejo. Defende-se o uso do termo orientação sexual como uma das formas de expressão da sexualidade, estando fundamentada pelos aspectos culturais, biológicos e políticos.

[...] o emprego do termo orientação sexual para justificar a pergunta heterossexista sobre as causas da homossexualidade, tem sido largamente difundido com o propósito de afirmar politicamente um direito: o direito à liberdade de manifestação da sexualidade. (OLIVEIRA JUNIOR, MAIO, 2013, p. 5).

Ao contrário dos professores P3 e P7, o professor P13 se apropria do termo ‘orientação sexual’ para sinalizar as situações de gênero e sexualidade no contexto escolar. O professor ressalta: *Nada muito específico. Apenas comentários que colegas fazem sobre a sexualidade ou orientação sexual dos demais*. Além da realidade pontuada pelo professor P13, o professor P15 reforça o quanto as situações envolvendo gênero e sexualidade estão presentes no ambiente escolar mesmo quando não envolvem situações dos atores envolvidos diretamente com o processo de ensino e aprendizagem, mas também com os sujeitos do entorno da escola.

De acordo com o professor P15, ele tem presenciado algumas situações, como por exemplo: *Comentários sobre sexualidade de pessoas conhecidas da turma*. Desse modo, reforça a necessidade da instituição escolar conhecer os fatores sócio-políticos dos sujeitos e da comunidade a qual ela está inserida. Sobre essa necessidade,

⁴ Analisando o contexto da narrativa do professor P3, classificamos como erro de digitação o termo “opinião sexual”. Afinal o docente afirmar: “[...] por isso devemos respeitar a opinião sexual de cada um”. Percebe-se que o professor se refere a opção sexual e não a opinião sexual, evidenciando um erro de digitação.

respaldamos essa perspectiva nos argumentos de Freire (2001) ao enfatizar a importância de conhecer o contexto dos alunos e suas experiências, que a cotidianidade dos sujeitos atores do ato de ensinar e do ato de aprender esteja visivelmente expressa nas atividades escolares. Para ele, devemos almejar: “uma escola pública realmente competente, que respeite a forma de estar sendo de seus alunos e alunas, seus padrões culturais de classe, seus valores, sua sabedoria, sua linguagem” (FREIRE, 2001, p. 42).

Mesmo não aprofundando as discussões acerca das terminologias: orientação sexual e opção sexual, em virtude dos objetivos desta pesquisa, faz-se necessário deixar demarcado o uso da terminologia ‘orientação sexual’ nesta pesquisa ao nos reportamos às questões de gênero e sexualidade.

Há uma longa discussão sobre se devemos nos referir à sexualidade e à sua vivência como uma opção sexual. O termo mais adotado é “orientação sexual”, que não diz tanto do sujeito escolhendo isso ou aquilo, mas se permitindo viver algo que o seu desejo manda, pleiteia. (RIO DE JANEIRO, 2014, p. 8).

As lacunas percebidas nas narrativas de alguns professores acabam se tornando fatores limitantes para as intervenções sobre a temática em estudo. O conhecimento de alguns conceitos presentes no cotidiano do sujeito, representados pelo conhecimento comum, sem um aprofundamento teórico-conceitual, pode inibir a aquisição de conhecimentos científicos. Na visão de Gomes e Oliveira (2007, p. 97), “o conhecimento comum seria um obstáculo ao conhecimento científico, pois este é um pensamento abstrato”, reforçando a necessidade de o sujeito estar envolvido em um contexto formativo para superar tais perspectivas e alcançar um conhecimento epistemológico (FREIRE, 2005).

Uma das formas de superação desses obstáculos epistemológicos, no caso específico do professor, seria a inserção em formações permanentes, dessa forma o docente teria a oportunidade de discutir entre os pares as muitas de suas limitações ao tratar das questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar. Por conseguinte, ampliando a percepção de alguns conceitos usados por eles ou presenciados no seu dia a dia no espaço escolar.

Um ponto positivo das formações em grupo é respaldado pelo compartilhamento de conhecimentos e vivências. Na oportunidade, os professores perceberiam que as situações envolvendo gênero e sexualidade não estão restritas a uma instituição escolar, mas, sim, em todas as escolas. Dessa maneira, o contexto educacional é natural da

espécie humana, portanto a diversidade sempre se fará presente, exigindo a prática do respeito ao direito do outro pelos envolvidos com o processo de ensino e aprendizagem.

Além desse equívoco terminológico percebido nas narrativas dos professores P3 e P7, percebemos situações que requerem do professor uma intervenção quando se trata de assuntos envolvendo gênero e sexualidade no contexto escolar. Realidade identificada na narrativa do professor P12 ao relatar uma situação presenciada por ele na escola: *Quando as crianças iam brincar, os meninos queriam brincar de boneca e uma das colegas falou que não era brinquedo de menino. Intervi e falei que não existem brinquedos de meninas e brinquedos de meninos, que todos podem brincar com todos os brinquedos.*

Percebe-se, também, nas narrativas dos professores, algumas atitudes de desrespeito e de preconceito ao próximo. Fato comprovado no relato do professor P14 ao situar o quanto tem presenciado atitudes de preconceito em suas experiências em sala de aula. O professor sublinha: *Surgem inúmeras situações, diariamente algumas de forma bem natural e madura e, em outras situações, de forma pejorativa e preconceituosa, sendo necessário desenvolver reflexões e análises coletivas sobre o tema.* A narrativa do professor P14 nos faz perceber como o desrespeito ao direito do próximo tem se naturalizado na sociedade, ações caracterizadas como preconceituosas são vistas como brincadeiras, como zoação, mesmo sendo situações pontuais.

Essa realidade demanda do professor uma atuação mais ativa, dialogando com a turma com o objetivo de “[...] estimular a compreensão discente de como o preconceito é construído, legitimado e naturalizado no contexto escolar e em toda a sociedade” (BELTRÃO; BARROS, 2017, p. 21). Muitas ‘brincadeiras’ são, na verdade, gestos de preconceito e desrespeito ao colega. Assim como o professor P14 pontua atitudes preconceituosas observadas na escola, o professor P6 reforça essa discussão relatando algumas similitudes, por exemplo: *Aluno chamar o outro de ‘menininha’, porque ele tem cabelo não tão curto* (grifo do professor).

Atitudes preconceituosas estão fortemente presentes nas instituições de ensino, realidade diagnosticada com este estudo, respaldada por diversas pesquisas e em informações divulgadas constantemente na mídia. Ainda assim, as pessoas de orientação sexual diferente da heteronormatividade acabam entrando em confronto com o que a sociedade prima por enfatizar como ‘normal’, isto é, ser heterossexual. Conjuntura apontada pela recente pesquisa publicada por Cieslak e Seffner (2021).

Atitudes de preconceito e homofobia são ignoradas naturalmente pela população considerada não preconceituosa, uma sociedade que direta e indiretamente tem declarado seu nojo, repúdio, rejeição aos sujeitos que se apresentem com orientação não padronizada dentro da heteronormatividade. Ações preconceituosas interligadas com gestos homofóbicos se manifestam também nas políticas - ou ausência de políticas - que discutem as questões de gênero e sexualidade como uma alternativa para desmistificar percepções distorcidas ao se debater assuntos sobre orientação sexual, sexualidade, ideologia e gênero.

Os autores Costa e Nardi (2015) defendem “[...] o uso da construção ‘preconceito contra diversidade sexual’ como alternativa à homofobia para melhor definir o fenômeno quando pensado do ponto de vista individual” (COSTA; NARDI, 2015, p. 716, grifo dos autores). Uma outra possibilidade para caminharmos para uma sociedade menos injusta e preconceituosa está na garantia do respeito ao próximo. No entanto, atitudes de respeito ao outro não se materializam do dia para a noite, em debates pontuais, é preciso um movimento mais intenso, envolvendo diversas instituições, dentre elas a escola.

Esse movimento de impregnação do respeito ao semelhante foi constatado nas narrativas dos professores P9 e P10. São gestos, debates, reflexões que, ao se tornarem um ciclo reflexivo, tendem a fortalecer a rede de proteção dos direitos humanos. Isso é assegurado pela Constituição Federal em seu Art. 5, a qual determina que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]” (BRASIL, 1988, p. 9), ou seja, somos todos iguais, dentro de uma diversidade natural da condição humana.

O professor P9 expressa em sua narrativa: *Os alunos verbalizaram que homem não tem cabelo comprido e não pintam as unhas. Conversei com eles sobre toda e qualquer pessoa ter a opção de deixar o cabelo crescer e sobre a higiene com as unhas, ressaltando que a opção de pintar a unha pode ser de qualquer um, da mesma forma que têm meninas que não gostam de ter as unhas pintadas e está tudo bem também.* Fica explícito os indícios de manutenção dos direitos humanos na fala do professor, além da presença do diálogo, aspecto essencial no momento de orientação do professor com seus alunos.

Neste momento, não é cabível a superposição de ‘poder’ do professor para aluno, muito menos um esquecimento de tais debates, é preciso que a intervenção seja imediata, fato realizado pelo professor P10 quando se depara com uma situação de masturbação na sala de aula. Ele aproveita para orientar a aluna sem lançar mão de uma

atitude de preconceito e/ou de punição. O professor nos relata: *Masturbação de aluna com a mesa. A mesma esfregava a genital no canto da mesa. Orientei para que não fizesse isso em sala, pois não era apropriado para o momento, e sim quando estivesse só [...]. Disse que isso era um momento dela e que se precisasse iria conversar melhor com ela.*

Momentos iguais aos narrados pelos professores P9 e P10 enrijecem a necessidade de políticas públicas que assegurem os direitos humanos, assim como ações formativas que contribuam com o aprimoramento dos professores da Educação Básica para agirem diante de tais situações. Logo, negar o acesso a formações permanentes aos professores é uma prática desfavorável à aquisição de conhecimento científico, ou seja, “o cerceamento de discussões sobre o tema reforça os padrões heteronormativos e intensifica o preconceito” (CIESLAK; SEFFNER, 2021, p. 80).

Acredita-se que o acesso à formação permanente contribua com a resolução de algumas dificuldades terminológicas acerca das questões de gênero e sexualidade no contexto escolar, auxiliando o professor na aquisição de conhecimento técnico-científico para lidar com muitas situações presenciadas por eles. Afinal,

[...] muitas professoras e professores não se sentem capacitadas e capacitados para conduzir tais discussões, demonstrando desconforto ou insegurança para discuti-las, ou consideram o debate desnecessário. (CIESLAK; SEFFNER, 2021, p. 80).

As narrativas dos professores participantes da pesquisa foram essenciais para responder às inquietações dos autores quanto às hipóteses envolvendo as situações de gênero e sexualidade no ambiente educacional, evidenciando lacunas quanto à percepção conceitual e ausência de políticas de formação permanente para os professores da Educação Básica.

Reflexões Finais

Com o desejo de identificar se e de que forma os professores da Educação Básica participantes da pesquisa presenciavam condutas envolvendo as questões de gênero e sexualidade no contexto escolar, as narrativas dos docentes evidenciaram que tal problemática se faz presente nas diversas situações nas unidades de ensino. Assim

sendo, necessita-se da criação de políticas públicas no âmbito nacional para atender tais demandas que têm exigido do professor uma atuação frente a essa realidade.

Uma dessas políticas favoráveis ao debate acerca das questões de gênero e sexualidade se fortalece com o investimento em formações permanentes com o perfil problematizador para os professores da Educação Básica. Desse modo, destinado, sobretudo, ao trabalho colaborativo em grupos de estudos, pois eles teriam a oportunidade de, em conjunto, pensarem e discutirem as inúmeras situações que emergem no cenário escolar envolvendo gênero e sexualidade.

Em consonância com os resultados da pesquisa, percebe-se que este estudo apontou lacunas em torno da falta de conhecimento dos professores e da necessidade de formação permanente para ampliar as habilidades conceituais dos docentes, enriquecendo os debates em relação à questão de gênero e sexualidade no contexto escolar. Essas ações formativas poderiam contribuir para que os professores tivessem mais segurança ao abordar esses assuntos com os alunos em suas aulas.

Considera-se que as discussões trazidas pelas narrativas dos professores são significativas para identificar a existência de situações acerca das temáticas de gênero e sexualidade no espaço escolar, reforçando o quanto a diversidade humana se materializa nas relações entre os atores do processo de ensino e aprendizagem.

Por fim, é possível afirmar que os debates envolvendo narrativas dos professores são relevantes para fortalecer as reflexões sobre orientação sexual presentes em muitas ações identificadas pelos professores da Educação Básica. Bem como identificar as reais necessidades dos professores que atuam na Educação Básica.

Referências

ANDRADE, Ludmila Thomé de. Por uma abordagem discursiva da formação docente. **Teias**: Rio de Janeiro, a. 7, n. 13-14, p. 1-9, jan./dez. 2006. Disponível em: [POR UMA ABORDAGEM DISCURSIVA DA FORMAÇÃO DOCENTE | de Andrade | Revista Teias \(uerj.br\)](#). Acesso de 11 de julho de 2022.

ARAÚJO, Luiz Carlos Marinho de. Gênero e sexualidade na BNCC: possibilidades para implementação da disciplina educação para sexualidade na Educação Básica. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, v. 8, n.1, p. 263-286, jan./mai. 2022. Disponível em: [Gênero e sexualidade na bncc: possibilidades para implemenação da disciplina educação para sexaulidade na educação básica | Araújo | Revista Interinstitucional Artes de Educar \(uerj.br\)](#). Acesso de 11 de julho de 2022.

ARAÚJO, Luiz Carlos Marinho de. **Método Pragmático: da construção à [re]construção dos dados**. 1 ed. Curitiba: Editorial Casa, 2021.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: Contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Tradução Estela dos Santos Abreu, 5^a reimpressão, 1996.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. A “guerra” contra o gênero: reações às últimas décadas de políticas de promoção da igualdade de gênero no Brasil. **Cadernos pagu.**, p. 1-9, 2017. Disponível em: [SciELO - Brasil - A “guerra” contra o gênero: reações às últimas décadas de políticas de promoção da igualdade de gênero no Brasil](#)^{*}. Acesso em: 11 de julho de 2022.

BELTRÃO, Márcio Evaristo; BARROS, Solange Maria de. Questões de gênero e sexualidade na educação básica: perspectivas de ensino. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 4, n. 6, p. 1-9, 2017. Disponível em: [QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: PERSPECTIVAS DE ENSINO | Humanidades & Inovação \(unitins.br\)](#). Acesso em: 23 de julho de 2022.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação, Brasília, 2017.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 1988.

BRASIL, **Saúde e prevenção nas escolas**. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Adolescentes e jovens para a educação entre pares: diversidades sexuais. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: [diretrizes_prevencao_escolas.pdf \(saude.gov.br\)](#). Acesso de 4 de janeiro de 2023.

CIESLAK, Renata; SEFFNER, Fernando. “Tu não tá vendo que a sora é sapatona?”: carreira docente, cultura escolar e aprendizagens em torno de gênero e sexualidade. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 9, n. 2, p. 66-91, 2021. Disponível em: [“TU NÃO TÁ VENDO QUE A SORA É SAPATONA?”: | Diversidade e Educação \(furg.br\)](#). Acesso em de janeiro de 2022.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Instituto de Humanidade, Artes e Ciências. Superintendência de Educação a Distância, Salvador: UFBA, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30887> . Acesso em: 10 de julho de 2012.

COSTA, Ângelo Brandelli; NARDI, Henrique Caetano. Homofobia e Preconceito contra Diversidade Sexual: Debate Conceitual. **Trends in Psychology/Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 715-726, 2015. Disponível em: [Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: debate conceitual \(bvsalud.org\)](#). Acesso em 19 de junho de 2022.

DAMIANI, Magda Floriana. Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios. **Educar**, Curitiba, n. 31, p. 213-230, 2008. Disponível em: [SciELO - Brasil - Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios](#). Acesso em: 11 de agosto de 2022.

DUARTE, Marcos Felipe Silva; REIS, Hellen José Daiane Alves. Gênero e sexualidade em livros didáticos de ciências do ensino fundamental. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, São Luís, v. 4, n. esp., jul./dez. 2018. Disponível em: [Gênero e sexualidade em livros didáticos de ciências do ensino fundamental | Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade \(ufma.br\)](#). Acesso em 10 de julho de 2022.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, jun. 1995. Disponível em: [SciELO - Brasil - Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais](#). Acesso em 18 de maio de 2022.

GOMES, Henrique José Polato; OLIVEIRA, Odisséa Boaventura de. Obstáculos epistemológicos no ensino de ciências: um estudo sobre suas influências nas concepções de átomo. **Ciências & Cognição**; Rio de Janeiro, v. 12, p. 96-109. 2007. Disponível em: [Obstáculos epistemológicos no ensino de ciências: um estudo sobre suas influências nas concepções de átomo \(bvsalud.org\)](#). Acesso de 28 de julho de 2022.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Currículo, cotidiano escolar e heteronormatividade em relatos de professoras da rede pública. **Fazendo gênero**. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, p. 1-10, ago. 2010. Disponível em: [Microsoft Word - 1277922201 ARQUIVO Currículo,cotidianoescolareheteronormatividadeemrelatosdeprofessoras-RogérioDinizJunqueira. \(dype.com.br\)](#). Acesso de 13 de agosto de 2022.

JUSTINA, Lourdes Aparecida Della. **Investigação sobre um grupo de pesquisa como espaço coletivo de formação inicial de professores e pesquisadores de Biologia**. Tese (doutorado), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Bauru, 2011.

LIMA, Wellington Soares de. **Extensão na Universidade Estadual do Oeste do Paraná**: Um estudo sobre o tema sexualidade. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências e Educação Matemática. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, 2019.

LOURO, Guacira Lopes (orgs.). **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTINS, Aline Madalena. **A formação continuada de professores/as sobre gênero e sexualidade: contribuições para uma nova prática pedagógica.** Dissertação de mestrado. Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão, 2018.

MORAES, Viviane Rodrigues Alves; GUIZZETTI, Renata Araújo. Percepções de alunos do terceiro ano do Ensino Médio sobre o corpo humano. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 22, n. 1, p. 1-18, jan./mar. 2016. Disponível em: [SciELO - Brasil - Percepções de alunos do terceiro ano do Ensino Médio sobre o corpo humano](#) Percepções de alunos do terceiro ano do Ensino Médio sobre o corpo humano. Acesso em: 28 de julho de 2022.

MORESCO; Marcielly Cristina. Resistências político-educacionais de gêneros e sexualidades dissidentes nas ocupações escolares. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 9, n. 2, p. 177-198, 2021. Disponível em: [RESISTÊNCIAS POLÍTICO-EDUCACIONAIS DE GÊNEROS E SEXUALIDADES DISSIDENTES NAS OCUPAÇÕES ESCOLARES | Diversidade e Educação \(furg.br\)](#). Acesso em 4 de janeiro de 2023.

MOTTA, Guilherme Carpes. Gênero e sexualidade na escola: caminhos para uma educação libertadora. **Revista Humanidades em Perspectivas**, Curitiba, v. 2, n. 5, p. 1-19, jul./dez. 2020. Disponível em: [Gênero e sexualidade na escola: caminhos para uma educação libertadora | Humanidades em Perspectivas \(revistasuninter.com\)](#). Acesso em: 24 de julho de 2022.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de; MAIO, Eliane Rose. Opção ou orientação sexual: onde reside a homossexualidade? **Simpósio internacional de educação sexual**. Maringá, PR, p. 1-12, abr. 2013. Disponível em: [Microsoft Word - Isaias Batista de OLIVEIRA JÚNIOR.doc \(uem.br\)](#). Acesso de 28 de agosto de 2022.

PEIXOTO, Joana. CARVALHO, Rose Mary Almas de. Os desafios de um trabalho colaborativo. **Educativa**, Goiânia, v. 10, n. 2, p. 191-210, jul./dez. 2007. Disponível em: [Os Desafios de um Trabalho Colaborativo | Peixoto | Revista Educativa - Revista de Educação \(pucgoias.edu.br\)](#). Acesso em: 10 de agosto de 2022.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.

RIO DE JANEIRO. **Sexualidade catálogo mensal**. Grupo Cultural Afroreggae, Rio de Janeiro, p. 1-20, nov. 2014. Disponível em: [Cultura de Ponta - Sexualidad... \(afroreggae.org\)](#). Acesso de 10 de agosto de 2022.

SOARES, Zilene Pereira; MONTEIRO, Simone Souza. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 35, n. 73, jan./fev. 2019. Disponível em: [SciELO - Brasil - Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios](#) Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. Acesso em 20 de junho de 2022.

SOUSA, Maria Gorete da Silva; CABRAL, Carmen Lúcia de Oliveira. A narrativa como opção metodológica de pesquisa e formação de professores. **Horizontes**, Belo

Horizonte, v. 33, n. 2, jul./dez. 2015. Disponível em: [A narrativa como opção metodológica de pesquisa e formação de professores | Horizontes \(usf.edu.br\)](#). Acesso em 20 de junho de 2022.

SOUZA JUNIOR, Paulo Roberto. A questão de gênero, sexualidade e orientação sexual na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o movimento LGBTTQIS.

Revista de Gênero, Sexualidade e Direito, Salvador, v. 4, n. 1, p. 1-21, jan./jun. 2018. Disponível em: (PDF) [A QUESTÃO DE GÊNERO, SEXUALIDADE E ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ATUAL BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR \(BNCC\) E O MOVIMENTO LGBTTQIS](#) (researchgate.net). Acesso em: 4 de agosto de 2022.

Recebido em setembro de 2022.

Aprovado em dezembro de 2022.

